

Crédito externo fica distante das estatais

A partir do dia primeiro de outubro, as empresas estatais estarão proibidas de se credenciarem, junto ao Banco Central, para conseguirem recursos junto aos bancos estrangeiros, através do reemprestimo dos valores depositados no Banco Central, hoje, em torno de US\$ 2 bilhões. Esta determinação está na carta circular divulgada, ontem, esclarecendo ainda que estes empréstimos somente poderão ser feitos pela iniciativa privada, mas em tetos que serão fixados mensalmente pelo Banco Central.

As alterações na política de reemprestimos do Banco Central foram negociadas pelo governo brasileiro na renovação do acordo — também por 140 dias, acompanhando o acerto firmado para as linhas de curto prazo — **relanding**, que vence no próximo dia 30. Ele estará em vigor até o próximo dia

17 de fevereiro de 1986. As empresas do setor público que derem entrada em pedidos de reemprestimos junto ao Banco Central, até o próximo dia 30, poderão ter seus projetos aprovados, mediante "proposta firme do credor", como fala a circular do BC, que se traduz num telex do banco que se dispõe a emprestar o dinheiro, com os detalhes das condições da operação, inclusive juros e taxas adicionais de serviço. Aprovado o reemprestimo, o dinheiro deverá ser liberado até 17 de fevereiro de 86.

O fechamento do reemprestimo para o setor público, além de acompanhar a política de contenção das estatais e de equilíbrio do déficit do governo, veio evitar o pagamento das "taxas extras" que estavam frequentemente sendo aplicadas sobre esses financiamentos.